

## CURSO “DIREITO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS”

**Local:** Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

**Organização:** Jurisnova.

**Período:** 15 a 18 de abril de 2019.

**Horário:** Das 9h às 13h – Aulas (16 horas) (2.º a 5.º Feira)

Das 15h às 19h – Aulas (08 horas, 3.ª e 5.ª feira) e Visitas (08 horas), (2.ª e 4.ª feira).

**Valor:** 450€ por aluno, a pagar através de Paypal.

**Carga horária:** 32 horas.

### 1. Formadores

Francisco Pereira Coutinho, Nova

Direito Graça Canto Moniz, Nova

Direito

Danilo Doneda, Instituto Brasiliense de Direito Público -IDP

Laura Schertel Mendes, Instituto Brasiliense de Direito Público –IDP

### 2. Cronograma

Turnos/Dias	Segunda (15.04)	Terça (16.04)	Quarta (17.04)	Quinta (18.04)
<b>Manhã</b>	Aula – Prof. Francisco	Aula – Profa. Graça	Aula – Profa. Graça	Aula – Profa. Laura e Prof. Doneda
<b>Tarde</b>	Visitação	Aula – Profa. Graça	Visitação	Aula – Profa. Laura e Prof. Doneda
<b>Noite</b>				Jantar de Encerramento e Certificação

### 3. Conteúdo Programático

1. A proteção de dados pessoais como direito fundamental

1.1. Do “*right to be let alone*” nos EUA até à consagração em constituições e convenções internacionais

1.2. Âmbito de proteção constitucional

1.3. Direitos fundamentais afins: identidade pessoal, desenvolvimento da personalidade, reserva da intimidade da vida privada e familiar

1.4. A tensão com outros direitos fundamentais e interesses constitucionalmente protegidos

2. O regime geral de proteção de dados pessoais na União Europeia

2.1. Da Diretiva 95/46 ao Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais

2.2. Âmbito de aplicação

2.2.1. Objetivo: os conceitos de “dados pessoais” e de “tratamento”

2.2.2. Subjetivo: os conceitos de “responsável pelo tratamento”, “subcontratante”, “titular dos

dados” e autoridade de controlo.

2.2.3. Geográfico: a extraterritorialidade.

2.3. O tratamento de dados pessoais

2.3.1. Princípios orientadores

2.3.2. Condições de licitude do tratamento de dados pessoais

2.3.3. Obrigações dos responsáveis pelo tratamento e subcontratantes

2.3.4. Transferências de dados pessoais para Estados terceiros

2.4. Os direitos dos titulares de dados pessoais

3. Mecanismos de garantia do direito à proteção de dados pessoais

3.1. A autoridade de controlo e o comité europeu de proteção de dados

3.2. Os tribunais

4. A Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira (LGPD)

4.1. Histórico e influências

4.2. Diálogo com outras normas.

4.3 Princípios e bases legais para o tratamento

4.4 Governança e compliance

4.5. Direitos dos titulares

4.6. Fiscalização e Responsabilidade